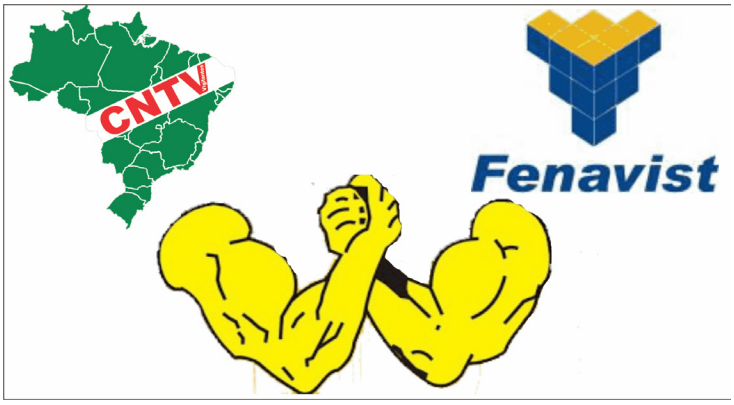
NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 24/07/2013 - Edição 862

CNTV enfrenta proposta da Fenavist de excluir trabalhadores desarmados do pagamento dos 30%



Mais uma vez a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) deixa clara sua total falta de compromisso e respeito com os vigilantes de todo o país. Durante a reunião do Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) realizada nesta terça-feira (23), a bancada patronal investiu novamente na tentativa de excluir os vigilantes desarmados do direito de receber o adicional de 30% de risco de vida/periculosidade. A proposta dos patrões contraria o que é defendido pela bancada dos trabalhadores e do governo, e pretende diferenciar quem trabalha armado e quem trabalha desarmado.

Para a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) essa tentativa é uma afronta aos trabalhadores. "A proposta é descabida, pois não é o uso de armas que determina a periculosidade da profissão", argumentou José Boaventura, presidente da CNTV. "A afirmação deles é completamente contra a lei, não tem amparo nenhum. A profissão é de risco e isso não depende de estar armado ou desarmado. Os trabalhadores não aceitarão, também, qualquer outra possibilidade de remeter para perícia de avaliação de risco", enfatizou.

A proposta apresentada pelos patrões compreende, basicamente, a tentativa de contrariar o texto legal e até mesmo as convenções coletivas que eles próprios assinaram e que reconhecem a atividade de vigilante como sendo de risco independentemente do uso de arma de fogo. Ao contrário disso, os representantes dos trabalhadores defendem, também, a inclusão do pessoal de supervisão, de monitoramento eletrônico e de instrução. "Precisamos estar atentos e mobilizados. Quando necessário, os companheiros devem atender ao seu sindicato para discutir, pressionar os patrões, o MTE, para derrotar essa intenção dos patrões de desfazer o que a lei estabelece, que foi conquistado, que o congresso aprovou e a presidente sancionou", destacou Boaventura.

Fenavist tenta suspender reunião

Na tentativa de ganhar tempo, a Fenavist insistiu em suspender a segunda parte da reunião, agendada para esta quarta-feira (24). Tanto trabalhadores quanto governo compreenderam a necessidade de dar celeridade ao processo e, por isso, cancelaram apenas as atividades da manhã, mantendo a agenda da tarde, prevista para iniciar às 13h.

Participou da reunião uma observadora do Ministério Público do Trabalho (MPT), Dra. Ileana Mousinho. O MPT expôs a dinâmica do GTT e distribuiu cópias das contribuições recebidas durante a fase de consulta pública para o texto de regulamentação.

Fonte: CNTV

Justiça determinou que terceirizada atualize salário de vigilantes

A 3ª Vara do Trabalho de Macapá concedeu liminar ao Ministério Público do Trabalho (MPT) em ação civil pública ajuizada contra a empresa L.M.S. Vigilância e Segurança Privada LTDA, que presta serviço de segurança armada ao governo do Amapá e a Prefeitura de Macapá. Até o julgamento do mérito, a empresa terá que cumprir todos os pedidos requeridos através de liminar pelo órgão.

Os itens a serem cumpridos incluem o pagamento de salários em atraso; quitação das parcelas de adiantamento do 13º; pagamento integral do adicional noturno; pagamentos das repercussões do adicional noturno e intervalo intrajornada sobre o descanso semanal remunerado; registro manual, mecânico ou eletrônico dos horários de entrada e saída dos empregados em estabelecimentos com mais de 10 funcionários; pagamento da remuneração de férias, até 2 dias antes do afastamento do funcionário e regularização da jornada de trabalho, que segundo o MPT, estaria excedendo as 12x36 (12 horas de trabalho e 36 de descanso). A multa estabelecida pela justiça por cada cláusula descumprida é de R$ 7 mil.

De acordo com o procurador do trabalho de Macapá, Paulo Isan Coimbra, a ação civil pública foi ajuizada após a recusa da empresa L.M.S. Vigilância a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para se adequar às leis trabalhistas expondo quase 1,9 mil empregados a riscos de saúde e segurança.

Apesar da liminar ter sido concedida no início de junho, o advogado da L.M.S. Waldenes Barbosa, diz desconhecer a decisão e o processo judicial. “Não fomos notificados”, disse.

Fonte: G1

Ministério do Trabalho anuncia reajuste de 9% no seguro-desemprego

O Ministério do Trabalho e Emprego confirmou nesta terça-feira (23) que está acertada a nova correção do seguro-desemprego para os trabalhadores que têm direito ao benefício no valor acima de um salário mínimo (R$ 678). De acordo com o índice usado atualmente para essa faixa, o reajuste é 6,2%. Quando a medida for aprovada, o percentual passará para 9%, antiga base de cálculo do seguro e usada para o reajuste do salário mínimo.

A medida tem de ser aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) no próximo dia 31, o que deverá ocorrer, segundo o presidente do conselho e secretário de Políticas Públicas do ministério, Sérgio Vidigal.

O Ministério do Trabalho estima que sejam gastos cerca de R$ 30 bilhões com o pagamento de seguro-desemprego neste ano. O reajuste dos valores deverá gerar despesa de R$ 250 milhões, caso seja aprovado para o início de agosto.

Cerca de 50% dos que têm direito ao seguro-desemprego serão beneficiados pela medida. De acordo com o ministério, o impacto da mudança já está incluído no aporte de R$ 7 bilhões previstos pelo Tesouro para a desoneração de recolhimento do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) nas folhas de pagamento.

Segundo o secretário Sérgio Vidigal, a medida teve o aval da Casa Civil e do Ministério da Fazenda, apesar da preocupação com os gastos adicionais no contexto dos atuais cortes de despesas. Por isso, o Ministério do Trabalho deverá renegociar as aplicações do Codefat para o próximo ano.

Fonte: Agência Brasil

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF